

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Francisco Sá Carneiro

1934 – 1980

Partiu, não morreu!

Destaques:

Marques Mendes em Aveiro

Pag2

Miguel Macedo encerra o debate do Orçamento

Pag3

Homenagem a Sá Carneiro

Pag10

Presidenciais: entrevista na RTP e debate na SIC

Pag12

José Luís
Moreira da Silva

Editorial

O exemplo

Felizmente sou velho o suficiente para ter militado no PPD de Sá Carneiro.

Infelizmente sou novo de mais para ter tido oportunidade de privar com Sá Carneiro.

Mas há momentos, imagens e presenças de que não me esqueço. De entre elas cito apenas as que mais me marcaram: a chegada à sede da Duque de Loulé depois da viagem importante mas atribulada a Inglaterra; o espectacular e emotivo Comício no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa (hoje Pavilhão Carlos Lopes), após a saída do partido dos «Inadiáveis»; o comício da Aliança Democrática no Rossio, em Lisboa, de onde tirei fotografias que guardo.

Como militante da Secção B, de Lisboa, também me habituei a ver as fotografias bem emolduradas da visita de Sá Carneiro à Secção, em 1980, já lá vão 25 anos...

De Sá Carneiro sempre me ficou o exemplo, de político combativo, inteligente e apaixonado, capaz de despertar amores e ódios, a quem ninguém pode ficar indiferente. Sentia-se uma profunda ideia de democracia, de modernidade, de vontade de tirar Portugal do atraso secular em que tinha vivido e do horror totalitário em que nos queriam lançar, integrando-nos de pleno na Europa Ocidental.

Pena foi que a doença não lhe tenha permitido estar presente nos momentos difíceis de 1975, tendo sido forçado a dar o palco a outros no interior e no exterior do Partido, que não detinham manifestamente as mesmas qualidades. Mas o percurso que o Partido com ele fez até à primeira maioria absoluta da AD em 1979, é um exemplo de percurso político na oposição, que ainda hoje deve ser revisto.

E os seus dois Governos, apesar do pouco tempo de que desfrutou, são ainda hoje referidos com merecida admiração, pelas reformas encetadas e pelo espírito de equipa que a eles presidiu.

Muitas das suas lutas apenas tiveram plena consagração depois da sua morte. De entre elas, deve ser destacada a revisão constitucional de 1982, que consolidou o regime democrático, e subordinou os militares ao poder político, como em todas as democracias modernas ocidentais. Tudo como por ele proposto anos antes. Como igualmente a integração europeia de Portugal em 1986, ideia que defendeu, quando poucos nela acreditavam.

Por tudo isto, Sá Carneiro não é apenas um Fundador, o que já seria muito, é um verdadeiro exemplo para o PSD e para todos os democratas.

É assim que eu revejo a sua memória, 25 anos depois.

PSD reitera aposta no Poder Local considera agravamento fiscal “arma de destruição maciça do emprego



O Presidente do PSD, Luís Marques Mendes, esteve na última semana em Aveiro e deslocou-se a Carregosa, (Oliveira de Azeméis), onde visitou as instalações do Grupo FERPINTA, que alcançou no último ano um volume de negócios de 272 milhões de euros e se prepara para investir 20 milhões de euros na construção de uma nova fábrica, destinada a produzir tubos de aço com destino ao mercado espanhol.

Na Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, o Presidente do PSD foi recebido pelo novo Presidente, o social-democrata Mário João Oliveira, e por outros Autarcas do Município e das suas Freguesias. Com palavras de boas vindas, o novo Autarca solicitou o apoio político de Marques Mendes, no sentido da sensibilização do Governo para a concretização de importantes (e adiados) investimentos em Oliveira do Bairro, destacando o novo Tribunal e o novo Centro de Saúde.

Marques Mendes reiterou a aposta do PSD no Poder Local, reconhecendo os seus méritos na construção do País e a sua utilidade para o trabalho futuro que Portugal tem de realizar. Lamentando as opções do Governo face ao Poder Local, assumidas na Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2006, contra a qual o PSD se afirma com clareza, manifestou a sua continuada disponibilidade em acompanhar os assuntos relevantes para o desenvolvimento de Oliveira do Bairro

À tarde, o líder social-democrata, em Ílhavo, visitou o navio “França Morte”, a maior embarcação de pesca da frota portuguesa, recentemente entrada ao serviço.

O “França Morte”, com um volume de 2.820 toneladas de arqueação bruta, aguarda autorização para iniciar a faina no cais da Gafanha da Nazaré, Ílhavo, e está preparado para pesca longínqua, utilizando

que “São dois excelentes exemplos de empresas fortes e competitivas, que apostam na internacionalização, capazes de contribuir para que o país seja competitivo, crie riqueza e seja capaz de gerar postos de trabalho”, afirmou Marques Mendes.

«É mostrando e multiplicando estes exemplos que Portugal pode ganhar confiança»

“Julgo que é mostrando e

considerou o agravamento fiscal uma “arma de destruição maciça do emprego”.

“São mais cinco mil milhões de euros de aumentos de impostos, o que é mau para as empresas. O aumento de impostos é uma verdadeira arma de destruição maciça de empregos”, criticou Marques Mendes,

Sublinhando que “vai haver entre 2005 e 2006 o maior aumento de impostos alguma vez verificado em Portugal”, Marques Mendes defendeu que “não é o Estado que cria riqueza, mas a iniciativa privada”.

“O Estado já faz muito se não complicar a vida aos empresários. A linha não é, como veio no último Orçamento do Estado, aumentar mais os impostos sobre as pessoas e as empresas”, frisou.

O líder do PSD questionou o peso para os contribuintes da construção do novo aeroporto da Ota, lembrando que também no caso das SCUT (auto-estradas sem custo para o utilizador) se havia criado a ideia de que não teriam custos e a verdade é que, a partir de agora, o conjunto dos contribuintes “vão pagar 700 milhões



simultaneamente duas redes, podendo efectuar operações de arrasto até 2.200 metros de profundidade, em alto-mar.

No jantar de trabalho que lhe foi oferecido por Dirigentes Distritais e Concelhios, com os Presidentes de Câmara e os Deputados do PSD do Distrito de Aveiro, falou o Presidente da Distrital, Ribau Esteves, que agradeceu a presença e o trabalho de Marques Mendes neste dia dedicado ao Distrito de na sua qualidade de Presidente do PSD, e muito em especial pela postura de combate à Proposta de Orçamento de Estado do Governo PS. Reiterou o empenho do PSD do Distrito de Aveiro em continuar a trabalhar em prol do fortalecimento e do crescimento do PSD.

Marques Mendes agradeceu a presença e o trabalho de todos, muito em especial nas Eleições Autárquicas 2005, chamando a atenção para o importante trabalho a realizar para as Eleições Presidenciais 2006 no apoio à candidatura de Cavaco Silva. Apresentou as razões do PSD no chumbo à proposta de OE 2006, assim como as linhas gerais do trabalho do PSD perspectivado para 2006, em especial na revisão dos seus Estatutos e Programa.

Referindo-se aos dois empreendimentos visitados afirmou



multiplicando estes exemplos que Portugal pode ganhar confiança”, acrescentou, afirmando que foram estes factos que motivaram a sua visita.

O facto do “França Morte” aguardar ainda uma licença para começar a operar, mereceu de Marques Mendes palavras de reprovação.

“É um grande investimento neste navio, sobretudo privado, e todavia, agora que o mais difícil está concretizado, o Estado demora semanas e semanas com vistorias e mais vistorias para passar uma licença”, criticou.

Falando da situação política nacional, em geral, lembrou que Portugal vai ter o “maior aumento de impostos alguma vez verificado” e

de euros por ano” para as financiar, ano após ano década após década.

“Agora diz-se que será construído um aeroporto de forma gratuita ou quase gratuita. Todos desconfiam, e eu próprio, quando nos dizem que vai ser gratuito”, acrescentou, numa alusão ao projecto da Ota, anunciado terça-feira pelo Governo. De facto, quando o Governo afirma que o financiamento público rondará apenas os 10 por cento, diz também que “tem esperança” que os privados cumpram a cobertura dos restantes 90 por cento exteriores aos apoios comunitários. Ora, esta “esperança” de Sócrates não passam de uma piedosa intenção, pois é uma aplicação de risco e além disso, de eventual retorno a muito longo prazo. – Fonte: “Lusa”; Fotos e textos CPD Aveiro



Intervenção final de Miguel Macedo desmonta falsas promessas do Governo desde a Ota às auto-estradas SCUT

Na discussão que antecedeu a votação final do Orçamento de estado para 2006, a intervenção de fundo, de conclusão, do PSD, foi feita pelo nosso Secretário-Geral, Miguel Macedo, que afirmou:

Hoje, quase 10 meses depois de este Governo ter iniciado funções, a situação do País é infelizmente bem pior do que era.

Diminuiu o ritmo de crescimento económico, o investimento atingiu níveis ainda mais negativos, estamos a exportar menos e a perder mais quota de mercado, agravaram-se as dificuldades das nossas empresas e a taxa de desemprego subiu para 7,7%, o valor mais alto desde 1998, atingindo já mais de 430 mil Portugueses.

Quem o disse, em momento cirurgicamente escolhido, uma semana depois do debate na generalidade do Orçamento de Estado, foi o Banco de Portugal, ao rever em baixa todas as previsões relativas aos principais indicadores económicos. Quem o confirma são as várias organizações económicas internacionais, da OCDE à Comissão Europeia.

Todos são unânimes numa conclusão: Portugal está pior do que estava há um ano atrás, em nenhum indicador económico se sente qualquer melhoria do País e, pior do que isso, a situação que hoje vivemos ainda vai ser agravada no futuro.

Esta é a verdade estatística. Mas a verdade do dia a dia dos Portugueses, infelizmente, é ainda mais dura e mais cruel.

O poder de compra das famílias baixa ainda mais; as empresas têm mais dificuldade em produzir e em vender o que produzem; os



pensionistas e reformados sentem que a vida se tornou ainda mais cara; o número de desempregados aumenta de tal modo que a um curto prazo atingiremos a barreira do meio milhão de desempregados; os jovens licenciados no desemprego já são mais de 60 mil; o investimento que verdadeiramente cria riqueza não existe; o ambiente que se vive é um ambiente de pessimismo e de descrença, de falta de confiança no presente e de perda de esperança no futuro.

Nem tudo é culpa de quem está no poder. Mas muito de que está a suceder já só pode ser imputado à irresponsabilidade, à arrogância e à falta de palavra deste Governo.

Este Governo foi eleito em condições excepcionais para governar.

Em menos de um ano o Governo conseguiu delapidar o enorme capital de confiança que os Portugueses lhe deram.

É a consequência de quem faz tábuas rasas da palavra e das promessas eleitorais. Em poucos meses o governo conseguiu a proeza extraordinária de falhar todos os seus principais compromissos eleitorais.

«A palavra do Primeiro-Ministro serviu apenas para iludir os eleitores...»

Era suposto a palavra do Primeiro-Ministro valer como uma escritura. Como se tem visto, a palavra do Primeiro-Ministro serviu apenas para iludir os eleitores e para vencer as eleições. Investido em funções o Primeiro-Ministro passou a fazer tudo ao contrário do que antes tinha prometido.

Onde antes havia tolerância passou agora a existir arrogância. Onde antes havia preocupação com o interesse público passou agora a existir deslumbramento com o poder. Onde antes tudo eram garantias de não aumento de impostos passou agora a aprovar-se um dos maiores aumentos de impostos da nossa história moderna. Onde antes o compromisso era de criar 150 mil novos postos de trabalho agora a factura é mais desemprego e milhares de novos desempregados.

É preciso que se recorde: o grande compromisso do Eng.º Sócrates, antes das eleições, não era a OTA; era não aumentar os impostos e criar milhares de postos de trabalho.

Esta não é, apenas, uma política errada. Para além de errada, é uma política injusta, é uma política que não gera confiança, é uma política que não muda o nosso paradigma de desenvolvimento, é uma política que não gera competitividade, é uma política marcada pela maior insensibilidade social.

Esta política errada começou a

desenvolver-se no Orçamento Rectificativo, há 6 meses atrás e agrava-se como Orçamento de Estado para 2006.

Se abstrairmos da propaganda e nos fixarmos na realidade dos números, os factos não mentem:

a) O défice orçamental em 2004, sem receitas extraordinárias, foi de 5,2% do PIB. O défice orçamental em 2005, segundo o Orçamento Rectificativo deste Governo, será de 6,2%. Mais 1400 Milhões de Euros, ou seja, um agravamento e não uma redução, do défice público;

b) O peso do Estado na economia em 2004 era de 48,3% do Produto Interno Bruto. Qual vai ser em 2006, segundo o Orçamento de Estado agora em discussão? 48,8% do Produto Interno Bruto. Ou seja, de 2004 para 2006 a despesa pública não estabiliza e muito menos diminui. Pelo contrário, aumenta, asfixiando ainda mais a economia e a sociedade;

c) E a redução do défice agora prevista para 2006 – é uma redução verdadeiramente estrutural? Infelizmente, não é. Esta redução é feita em 2/3 com base na receita e apenas em 1/3 pelo lado da despesa, ao contrário do que é correcto, do que é necessário e do que Portugal precisa.

d) E em matéria de Impostos? Antes deste Governo já tínhamos uma carga fiscal elevada. Agora, em 2005 e 2006, por força das decisões do Orçamento Rectificativo e do Orçamento de Estado para 2006, a





carga fiscal sobre os Portugueses vai aumentar em cerca de 5 mil milhões de Euros. Não há nenhum imposto que não seja agravado. Não há Portugueses – da classe média ou trabalhador por conta de outrem, passando pelos idosos, pensionistas e reformados – que não tenha sentido já - ou não vá sentir em 2006 - o pagamento de mais impostos. Não há nenhuma empresa que não seja penalizada com mais impostos, em particular as Pequenas e Médias Empresas que além do mais veem aumentado de forma insensível e irresponsável o chamado Pagamento Especial por Conta. Como já alguém disse, e bem, os aumentos de impostos são verdadeiras armas de destruição maciça de empregos. Este Orçamento, com um brutal aumento de impostos que decide, vai ter uma consequência inevitável – agrava a vida das empresas, penaliza ainda mais os investidores, contribui para aumentar o desemprego em Portugal.

e) Mas será que, ao menos, este Orçamento de Estado tem selectividade no investimento

público? Aqui, os números são desmentidos pelas decisões já anunciadas. Ao aprovar este Orçamento está a aprovar-se, sem mais, a decisão de construir o novo Aeroporto da OTA.

Queremos aqui dizer, de forma clara: no actual estado no País e das nossas finanças públicas este investimento não devia ser feito e não devia ser decidido. É a obra do regime do Eng. Sócrates. É a tentativa de desviar as atenções dos verdadeiros problemas económicos, sociais e de desemprego com que os Portugueses se confrontam.

Mas ainda há-de chegar o tempo – mais cedo do que mais tarde – em que dúvidas não existirão em ninguém acerca da ligeireza, da precipitação e da irresponsabilidade deste Governo.

À voracidade fiscal seguiu-se agora o apetite pela OTA. Um apetite tão grande e tão insaciável que se chega quase ao ponto de insinuar que a OTA quase nada vai custar ao erário público.

«Avançar com a OTA /.../ é uma afronta aos Portugueses que fazem sacrifícios»

Os Portugueses que já conhecem o segredo das auto-estradas alegadamente gratuitas mas que a partir de 2007 custarão, ano a ano, 700 Milhões de Euros ao Estado, já não se deixam enganar por tamanho malabarismo e por tão grosseira desonestidade política. Na actual situação do País, avançar com a OTA, não é apenas uma precipitação, uma irresponsabilidade e uma ligeireza. É uma afronta aos Portugueses que fazem sacrifícios, aos Portugueses que pagam impostos, aos Portugueses que caem nas malhas do desemprego.

Este é o caminho do Governo. Mas não é o único caminho possível. Era necessário; e era possível, outro caminho.

Era necessário e era possível que este Orçamento desse um sinal positivo, de aposta na competitividade da nossa economia e de estímulo às empresas, em particular às pequenas e médias empresas e ao sector exportador.

Infelizmente este Orçamento, não apresenta nenhuma estratégia, nenhuma medida e nenhuma política que ajude a tornar as nossas empresas mais competitivas.

Era necessário e era possível ser mais ousado e mais exigente na redução da despesa pública e na diminuição da despesa do Estado. Era indispensável iniciar o processo de revisão das funções do Estado, reduzindo a sua dimensão, dando mais espaço à iniciativa privada e social. Nada disto faz o Orçamento e o Governo chegou mesmo ao ponto de chumbar as propostas que o PSD apresentou com esse objectivo.

Tudo porque este Governo, de forma caprichosa e preconceituosa, teima em manter e alimentar este Estado que temos, grande demais, ineficiente e improdutivo, à custa de mais impostos e de mais desemprego.

Era necessário e era possível outro caminho. Um caminho que, sem aumentar a despesa pública,

respeitasse a dignidade e a autonomia do Poder Local e a importância que tem para o País a Autonomia Regional.

Era necessário e era possível outro caminho. Mas isso exigia um Governo que se preocupasse menos com as grandes cerimónias, com muita pompa e circunstância e se preocupasse mais com as políticas que verdadeiramente criam riqueza e geram competitividade.

Era necessário e era possível outro caminho. Mas isso reclamava um Governo que, em vez de se limitar a queixar das próximas subidas das taxas de juro, se tivesse preocupado em adoptar as políticas que minimizassem os efeitos negativos que essas decisões vão ter para as pessoas, para o Estado e para as empresas.

Era necessário e era possível outro caminho. Mas o Governo escolheu este. Tem esse direito. Mas assume, sozinho, a sua responsabilidade.

A responsabilidade de um Orçamento irrealista. Ainda não começou a ser executado e já está desactualizado em várias das projecções macro-económicas que apresenta.

A responsabilidade de um Orçamento que fica, na história, como o Orçamento, por excelência, do aumento de impostos e do aumento do desemprego.

Este Orçamento traduz uma política. Uma política que não enfrenta os dois problemas capitais do País: o problema de um Estado gigantesco que hoje não tem razão de ser e precisa permanentemente de mais impostos para se alimentar; e o problema de uma economia que não consegue ter competitividade, porque tem Estado e despesa pública a mais e iniciativa, regulação e concorrência a menos.

Não decorrerá muito tempo até o País perceber melhor o resultado final desta política: de um lado, o Primeiro-Ministro feliz e contente com o novo Aeroporto da OTA; do outro lado, os Portugueses desesperados com a factura de meio milhão de desempregados.

Para esta política não emprestamos o nosso voto. A esta política afirmamos a nossa denúncia e as nossas ideias diferentes e alternativas.

Porque esta política não serve nem Portugal nem o interesse dos Portugueses.





Intervenção sobre a inclusão social, a educação, a formação e o emprego das pessoas com deficiência

Deputada Ana Manso
Assembleia da República, 2 de Dezembro de 2005

(...)

Ao apreciar a Petição nº 60/IX, apresentada pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada para a inclusão social, a educação, a formação e o emprego das pessoas com deficiência sejam consideradas **Grande Causa Nacional**, não podemos deixar de considerar que esta e todas as iniciativas que chamam a atenção para a necessidade de construção de uma sociedade mais inclusiva, mais justa e mais democrática, são de louvar.

De resto, o PSD, cujo pensamento radica em ideais eminentemente humanistas, não podia deixar de estar mais de acordo com o propósito desta Petição.

Mais,

Para além da constatação de que este trabalho de integração, inclusão e promoção de uma cidadania plena é uma tarefa nunca acabada, importa, no terreno e em termos práticos, actuar e actuar sempre.

É certo que os Governos não têm conseguido ir tão longe como seria desejável e necessário, mas a tomada de consciência dos problemas existentes e a mudança cultural, são sempre processos de evolução lenta.

Contudo, já há trabalho feito e há enquadramento legal que permite avançar mais e avançar melhor. Assim haja vontade política e capacidade de realização de acções e boas práticas e de regulamentação da lei já existente, aprovada no anterior Governo, apesar da abstenção do PS e dos votos contra dos restantes partidos.

(...)

...sabemos quem são os que primeiro e mais sofrem: são os cidadãos que por qualquer forma ou razão têm mais dificuldades, menos acesso, menos condições de igualdade.

Sabemos também que este combate nunca está ganho. Antes é de todos os dias e para ele podem os subscritores desta Petição, bem como todos os que precisam de apoio, contar com o Partido Social Democrata.

Sabem-se hoje as necessidades ao nível da criação ou remodelação de estruturas de apoio, conhecem-se parceiros prontos para actuar e projectos prontos para realizar. Sabe-se que há muito a fazer e, concretamente, o que fazer.

Sabemos que os recursos são escassos e que não chegam, para tudo. Por isso, há que definir prioridades.

Temos para nós que a prioridade das prioridades são as pessoas e a cidadania.

Saiba o Governo fazer suas estas prioridades e ficaremos com uma sociedade



mais justa, mais livre, mais democrática e mais feliz.

É tempo de lutarmos pela felicidade. A produtividade, a eficácia e tantas das metas que nos propomos atingir, só fazem sentido se servirem para a felicidade de todos.

Por isso,

Importa apoiar as inúmeras iniciativas da sociedade civil que solidariamente e com mérito impar, ajudam os nossos concidadãos que sofrem algum tipo de desigualdade e discriminação.

E importa que o Governo promova uma cultura de solidariedade efectiva e de promoção da igualdade.

Não bastam apenas palavras. Há que implementar as boas práticas.

Esperamos, sinceramente, que agora no Governo, o Partido Socialista saiba assumir as suas responsabilidades e trabalhar com afinco na promoção da **Grande Causa Nacional** que deve ser a inclusão social, a educação, a formação e o emprego das pessoas com deficiência.

(...)





Intervenção no Debate na Especialidade do Orçamento do Estado para 2006

Deputado Miguel Frasquilho
Assembleia da República, 29 de Novembro 2005

(...)

Este é o Orçamento do Estado que consagra, na sua plenitude, o aumento generalizado de impostos.

Um aumento de impostos que asfixia a economia portuguesa como um todo, quer as famílias – quer as mais desfavorecidas, quer as de classe média – , quer as empresas.

Entre 2005 e 2006, a carga fiscal subirá mais 5 mil milhões de euros e, em 9 meses de governação, o Governo aumentou 9 impostos. A saber:

- IVA
- IRS
- IRC
- Imposto sobre produtos petrolíferos
- Imposto automóvel
- Imposto de Circulação e Camionagem
- Imposto de Selo
- Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas
- Imposto sobre o tabaco

Retirando estes dois últimos impostos (IABA e IT), sobre o vício, praticamente todos os outros impostos degradam a competitividade da nossa economia e constituem uma sobrecarga sobre os agentes económicos.

Sobre as empresas, desde logo com a supressão de benefícios fiscais – que ainda ninguém sabe quais são – e pelo aumento do valor máximo do Pagamento Especial por Conta, de 40 mil euros para 70 mil euros.

E com a subida do ISP e do impostos de circulação e camionagem – que aumentam os custos de transporte e encarecem, por essa via, todo o processo produtivo.

Mas também com o IVA, que afugenta empresas para outras paragens, tornando o nosso país ainda menos apetecido – e diminuindo, em algumas centenas de milhões de euros, a receita fiscal que poderia ser cobrada.

Que pena o Governo ainda não ter percebido que, no caso das empresas, pode captar a mesma receita fiscal com menos empresas e impostos mais altos, ou com mais empresas e taxas de imposto mais baixas.

Só que há uma diferença fundamental, Senhores Deputados: é que com mais empresas, ter-se-á mais emprego, será criada mais riqueza e a população verá o seu bem-estar aumentar.

E que dizer das famílias?

O aumento do IVA encareceu a esmagadora maioria dos produtos que estão à venda e aumentou, portanto, o custo de vida.

O aumento do ISP encareceu os transportes em geral e os transportes públicos em particular, penalizando as famílias de mais baixos rendimentos.

O aumento do IRS sobre os pensionistas – também os mais desfavorecidos – foi efectuado numa altura particularmente difícil e, portanto é, por isso mesmo, ainda mais gravoso.

E a criação de um novo escalão de IRS de 42%, sob o signo da demagogia



política, é uma tendência contrária à realidade que se verifica por essa Europa fora, e que certamente dificultará a atracção de quadros qualificados e de topo, potencialmente geradores de maior valor acrescentado e de maior criação de riqueza. Quem perde, para além do “plano tecnológico”, é, obviamente, o país.

Com todos estes aumentos de impostos não é, assim, surpreendente que o ataque ao défice seja feito, na sua maior parte, do lado da receita: 2/3 da redução do défice surgem pelo aumento da receita e apenas 1/3 pela redução da despesa pública.

Aos aumentos de impostos o PSD não se pode associar e diz claramente NÃO.

Uma estratégia que se iniciou com o Orçamento Rectificativo de 2005, e que foi a escolha mais fácil, mas que não levará Portugal por um bom caminho, porque ajuda a degradar a economia, as condições de vida das pessoas e o desenvolvimento do país.

Mais difícil – mas mais acertado – seria actuar com maior vontade e empenho do lado da despesa, reduzindo, cortando, enfim, tornando o Estado mais eficiente.

Não foi esse o caminho escolhido pelo Governo.

Infelizmente, como se verá, **quem perde é Portugal e os Portugueses.**



O PSD propõe

PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 80/X

Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do processo EUROMINAS

Está instalada uma controvérsia, com insinuações e até acusações de lado a lado, sobre a forma como o XIV Governo acabou por decidir o caso EUROMINAS, atribuindo uma elevada indemnização à empresa contra a legislação em vigor e ao arripio de um vasto leque de pareceres oficiais anteriores.

(...)

O assunto é, pois, grave e carece de uma incontornável clarificação, não apenas no plano jurídico-legal (onde, finalmente, parece que as autoridades judiciais decidiram iniciar averiguações) mas, acima de tudo, **no plano político e das responsabilidades políticas.**

É que a insinuação e a suspeição são mães da injustiça e da descredibilização.

E se é certo que ninguém está acima da lei, da mesma forma **nenhum acto do Governo ou da Administração está acima da fiscalização** pela Assembleia da República.

(...)

O esclarecimento cabal e transparente dos factos é decisivo não só para a dissipação de suspeitas, como para a projecção de uma imagem de responsabilidade que deve sempre nortear o exercício de cargos públicos em órgãos de soberania.

(...)



Intervenção sobre a recuperação do Convento de Jesus, em Setúbal

Deputado Ribeiro Cristóvão
Assembleia da República; 2 Dezembro de 2005

(...)

Edificado em finais do século XV e começo do século XVI, trata-se de um dos principais marcos do estilo manuelino em Portugal, e de grande simbolismo histórico.

Classificado como Monumento Nacional desde 1910, o Convento de Jesus foi, recorda-se, o local escolhido para ali ser ratificado, em 7 de Junho de 1494, no reinado de Don João II, o histórico Tratado de Tordesilhas.

A erosão natural de muitos anos e o progressivo estado de degradação fez com que, há mais de uma década, se decidisse avançar com um projecto de recuperação.

Mas um conjunto de contrariedades e impasses, em razão, sobretudo, da falta de verbas, não permitiram a concretização de tal objectivo.

A sucessão de etapas do processo de recuperação, desde então até hoje, estão pormenorizadamente expostas na petição que hoje apreciamos e discutimos na Assembleia da República.

O Grupo Parlamentar do PSD saúda esta petição e os peticionantes que, congregados no “Movimento de Defesa do Convento de Jesus”, reclamam a defesa deste património



de tão inegável importância.

Este Movimento, constituído por cerca de duas dezenas de associações e colectividades, surgiu do descontentamento provocado pelos sucessivos adiamentos das obras para recuperação do Convento de Jesus.

Adiamentos que se sucedem há mais de dez anos.

Actualmente, este Monumento Nacional apresenta um elevado estado de degradação e abandono.

Mas nem por isso a sua recuperação parece constituir prioridade para o Ministério da

Cultura, que não incluiu qualquer verba para esse efeito no PIDDAC de 2006.

Se é consensual a sua importância no património português, parece no entanto que o mesmo não se verifica quanto à concretização da desejada recuperação.

Do histórico mais recente, destaca-se a assinatura, em Junho de 2005, de um Protocolo de Colaboração entre o IPPAR e a Câmara Municipal de Setúbal para a realização de uma intervenção arqueológica no Convento de Jesus, a preceder as obras de recuperação, e para a qual o IPPAR se comprometia a disponibilizar uma verba de 132.500 euros.

Em resposta ao pedido de informações solicitadas pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura, a Autarquia afirma ter iniciado as diligências necessárias para a realização dessa intervenção arqueológica, autorizada pelo Instituto Português de Arqueologia.

No entanto, continua a aguardar a transferência da verba disponibilizada e constante do Protocolo de Celebração.

Entretanto, a C.M.S. iniciou já, por sua conta, pequenas obras de limpeza que, a não terem

continuidade, mais irão degradar a já muito débeis estruturas do Convento de Jesus.

Também consultado, o Ministério da Cultura veicula informações do IPPAR que confirma a partilha de responsabilidades com a Câmara Municipal e assume a falta de verbas disponíveis.

Quanto tempo mais esperará o Convento de Jesus e o Património Português para recuperar a dignidade que lhe é merecida?

Sem solução à vista, o Convento de Jesus, Monumento Nacional, encontra-se à beira da ruína.

Os especialistas temem mesmo que possa ser tarde demais quando, finalmente, avançarem as obras.

São muitas as vezes que ao longo dos anos se têm erguido na defesa do histórico Convento de Jesus.

Hoje coube-nos a nós, aqui na Assembleia da República, dar mais um sinal aos responsáveis para a necessidade de não se perder mais tempo com vista à preservação de tão rico património.

Pela sua parte, o Grupo Parlamentar do PSD será sempre uma voz presente na defesa do Convento de Jesus, tal como já o foi na anterior Legislatura.

(...)

Intervenção sobre a criação da Ordem dos Professores

Deputado Fernando Antunes
Assembleia da República, 2 Dezembro de 2005

(...)

Analisa o Plenário da Assembleia da República uma petição subscrita por vários **milhares de Professores que solicitam a criação da Ordem dos Professores**. Pretendem ter uma representatividade do universo público de uma classe que no exercício da sua função se quer reger por um código ético e deontológico e que vê nessa aspiração um meio necessário à afirmação do seu papel, do seu valor e da sua dignidade nas Comunidades Educativas e na sociedade em geral.

Entendem os peticionários que sendo profissionais de convicções, pretendem ver a classe docente enquadrada numa organização pública que seja transmissora da sua dignidade quer em aspectos de uma responsabilização assumida pelo serviço que prestam à comunidade e ao País, quer numa maior exigência no recrutamento qualitativo de professores intervindo na atribuição nomeadamente do próprio título para o exercício da docência em paralelo com o que acontece com outras profissões.

Fazem-no em nome de uma vontade e de uma determinação de quem quer ser parte activa na formulação de políticas, princípios e conceitos definidores de práticas pedagógicas e administrativas que promovam a Educação que todos os agentes educativos exigem e que o País precisa. Pugnam por uma carreira



de qualidade para um ensino de qualidade, uma carreira reconhecida socialmente e prestigiada pelo exercício regulado e disciplinado, onde um código defina regras que protejam, quer pela responsabilização quer pela exigência o papel do professor como protagonista essencial à Escola de hoje que tem de ser moderna e motivadora.

O Partido Social Democrata não tem uma atitude de oposição à partida a esta pretensão, alicerçada no respeito pelo papel essencial dos professores no processo de aprendizagem para a cidadania em que, repetimos, são protagonistas essenciais.

(...)

A ambição de criar uma Ordem dos Professores surge, pois, aliada a um forte sentimento de união da classe responsabilizando-a face a esse importante designio nacional que é a educação. **O objectivo é o de conseguir uma maior consciência profissional no exercício da docência**, promovendo socialmente a imagem do professor, sendo parceiro activo face à tutela na prossecução dos objectivos quer eles sejam os inerentes ao exercício da função quer à definição de direitos e deveres.

Há um caminho a percorrer. Desde logo o preenchimento de premissas que julgamos absolutamente essenciais como seja a existência de um amplo consenso entre todos os intervenientes no leque enorme de abrangência do exercício da docência. A partir daí analisaremos, sem posições pré concebidas, se a criação de uma Ordem dos Professores responde positivamente à pretensão que serve de base a esta petição.



Intervenção sobre Tratados Internacionais

Deputado Carlos Alberto Gonçalves
Assembleia da República, 2 de Dezembro 2005

(...)

O Governo apresenta hoje à Assembleia da República um conjunto de Propostas de Resolução que versam sobre matérias como o auxílio judiciário mútuo em matéria penal, protecção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, bem como um Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática e Popular da Argélia, e um outro entre a República Portuguesa e a República Tunisina.

Ademais, são ainda apresentadas duas Convenções para Evitar a Dupla Tributação e a Evasão Fiscal sob diversas formas.

O Governo apresenta ainda um conjunto de alterações à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais do Conselho da Europa.

Merece relevância a convenção entre a República Portuguesa e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para evitar a Dupla Tributação, Prevenir a Evasão Fiscal e Estabelecer regras de assistência mútua em matéria de Cobrança de Impostos sobre o rendimento e sobre o património.

Não menos relevante é a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Turquia para Evitar, igualmente, a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o rendimento.

Portugal, deve, efectivamente, reforçar a sua política externa e os acordos e convenções hoje apresentados são um exemplo do que ainda há a fazer relativamente a um conjunto de matérias.

A Proposta de Resolução número um desta décima legislatura, por resultar da constatação das recentes evoluções do crime transfronteiriço, bem como dos recentes desenvolvimentos sociais e políticos do continente europeu, justifica a ratificação do segundo protocolo adicional à convenção europeia de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal.

(realidade pós 11 de Setembro)

A segunda proposta de resolução apresentada a esta casa desde o início da legislatura, trata de matéria de Direitos do Homem e Liberdades Fundamentais. Aprova, para ratificação, o protocolo nº 14 à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais do Conselho da Europa.

O Grupo Parlamentar do PSD avaliou se esta alteração sob a forma de protocolo adicional poderia representar, de certo modo, um constrangimento



ao espírito da própria convenção, uma vez que um dos pontos sobre os quais incide é uma maior “filtragem” e definição de novos critérios para a admissibilidade de certos casos apresentados ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Contudo, verificámos que a introdução de novos critérios é oportuna, e consideramos que todos os cidadãos que venham a recorrer a este Tribunal sairão beneficiados com um incremento da sua operacionalidade. Por outro lado, as alterações que aqui analisamos salvaguardam os casos em que o requerente não tenha sofrido um prejuízo ou uma afectação particularmente gravosa.

No que concerne aos dois Tratados de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação com a República Democrática e Popular da Argélia e com a República Tunisina, Propostas de Resolução 4/X e 6/X, respectivamente, assumimos a nossa concordância com a assinatura deste tipo de Tratados, tendo em vista o aprofundamento das relações económicas, sociais e diplomáticas entre Portugal e esses Estados. Neste capítulo, estes tratados assumem-se como um instrumento de aprofundamento do conhecimento recíproco, do aprofundamento de uma dinâmica de interacção geo-estratégica com o espaço euro-mediterrânico, bem como da promoção e do reforço dos processos de diálogo do Processo de Barcelona, do Fórum Mediterrânico, do Diálogo 5+5, e contribuem também para o favorecimento da paz, estabilidade e bem-estar na região.

É também importante referir a oportunidade de, duplamente, no que refere à República Democrática e Popular da Argélia, ao mesmo tempo que a Assembleia da República ratifica um Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação, aprova também uma Convenção (através da Proposta de Resolução 9/X) com a mesma república, para evitar a Dupla Tributação, Prevenir a Evasão Fiscal e Estabelecer Regras de assistência mútua em Matéria de Cobrança de Impostos sobre o rendimento e sobre o Património.

Por último, refiro-me à Convenção entre a República Portuguesa e a República da Turquia, que é já um País da Adesão, para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre o rendimento.

A ordem internacional, os fluxos de bens, serviços e pessoas, estão em constante mutação num mundo globalizado. Cabe ao Estado Português, às organizações às quais pertence e no respeito pelas Convenções e Tratados dos quais é signatário, adaptar-se à ordem internacional.

Deste modo, o Grupo Parlamentar do PSD dará a sua anuência para a aprovação das Propostas de Resolução que o Governo ora submete a esta Assembleia.



O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério da Defesa Nacional
Sobre a atribuição de subsídio à Fundação Mário Soares
Deputado Agostinho Branquinho

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Sobre o início das obras da ponte internacional de Quintanilha, no IP4
Deputado Adão Silva

Requerimento ao Governo
Sobre o destino a dar ao Palácio Praia e Monforte, em Ponta Delgada
Deputados João Bosco Mota Amaral; Joaquim Ponte

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros
Sobre as declarações do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação sobre Jonas Savimbi
Deputado Henrique Freitas

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Sobre o terminal multiauto (parque de retenção de veículos). Intersect – Entrepósito Internacional de Setúbal S.A
Deputados Luís Carloto Marques; Luís Filipe Rodrigues

Requerimento à Câmara Municipal de Palmela
Sobre o terminal multiauto (parque de retenção de veículos). Intersect – Entrepósito Internacional de Setúbal S.A
Deputados Luís Carloto Marques; Luís Filipe Rodrigues

Requerimento ao Governo
Sobre a Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2005 que distribui indemnizações compensatórias as diversas empresas do sector público e do sector privado
Deputados João Bosco Mota Amaral; Joaquim Ponte

Requerimento à Presidência do Conselho de Ministros e aos Ministérios da Administração Interna; Ministério das Finanças e da Administração Pública; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional; Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
Sobre o abate ilegal de sobreiros na Quinta da Princesa, na Amora, no Concelho do Seixal
Deputado Luís Filipe Rodrigues

Requerimento ao Governo
Sobre o Plano de Investimentos em Infra-Estruturas Prioritárias PIIP)
Deputados Luís Rodrigues e outros.

Requerimento à Câmara Municipal do Seixal
Sobre o abate ilegal de sobreiros na Quinta da Princesa, no Concelho do seixal
Deputado Luís Rodrigues

Agenda Parlamentar

Quarta-Feira, dia 07 de Dezembro de 2005-
15:00H

Comunicação do Presidente da República
(Relativa à proposta de referendo aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 52-A/2005, sobre a despenalização voluntária da gravidez, pelo facto de o Tribunal Constitucional se ter pronunciado pela sua inconstitucionalidade)

Discussão conjunta:
Proposta de Lei n.º 35/X (GOV)
Projecto de Lei n.º 2/X (PCP)
Projecto de Lei n.º 177/X (BE)
(Altera o Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e a respectiva regulamentação, aprovada pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, em matérias relativas a negociação e contratação colectiva)

Proposta de Lei n.º 31/X (GOV)
(Estabelece a possibilidade de concessão de garantias pessoais pelo Estado, no âmbito da operação de crédito de ajuda para os países destinatários da cooperação portuguesa)

Votações regimentais

Sexta-Feira, dia 09 de Dezembro de 2005-10:00h

Apreciação Parlamentar n.º 5/X (PCP)
(Aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, modificando o regime da passagem à reserva e à reforma dos militares das Forças Armadas)
Apreciação Parlamentar n.º 6/X (PCP)
(Estabelece o regime jurídico da assistência na doença aos militares das Forças Armadas)

Apreciação Parlamentar n.º 7/X (PCP)
(Altera o regime da Aposentação e Pré-aposentação do pessoal com funções policiais da PSP)
Apreciação Parlamentar n.º 8/X (PCP)
(Aprova o regime jurídico de assistência na doença da GNR e PSP)
Apreciação Parlamentar n.º 9/X (PCP)
(Aprova o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, modificando o regime da passagem à reserva e à reforma dos militares da GNR)

Apreciação Parlamentar n.º 10/X (PEV e PCP)
(Regula o cultivo de variedades geneticamente modificadas, visando assegurar a sua coexistência com culturas convencionais e com o modo de produção biológico)

No Porto e em Lisboa

O PSD presta homenagem à memória de Sá Carneiro no 25º aniversário da sua morte



A Distrital do Porto do PSD está a homenagear Francisco Sá Carneiro, no 25º aniversário da sua morte, com um ciclo de conferências, que decorrerão ao longo de 2006 e que têm o nome do fundador do partido, anunciou hoje Marco António Costa durante a homenagem a Sá Carneiro, no Edifício da Alfândega do Porto, com a presença do presidente do PSD, Luís Marques Mendes.

O ciclo de conferências terá o nome de Fórum Francisco Sá Carneiro, estando a sua organização a cargo do deputado Agostinho Branquinho e de Rui Nunes e António Tavares, elementos da Comissão Política Distrital.

Esta foi a única nota de actualidade da evocação da morte de Sá Carneiro, na qual Marques Mendes falou durante cerca de 15 minutos do fundador do PSD, que considerou “uma referência incontornável para o partido e para o país”.

O presidente do PSD destacou o papel de Sá Carneiro na oposição à Ditadura e na defesa da democracia no período pós-25 de Abril, terminando as suas palavras sem qualquer referência à actualidade política.

Artur Santos Silva, presidente do BPI, proferiu a primeira conferência sobre Sá Carneiro, destacando a sua acção no seio da chamada Ala Liberal do parlamento de antes do 25 de Abril, que, considerou, o tornou no “inimigo nº 1 do regime” de Marcello Caetano.

A cerimónia na Basílica da Estrela, em Lisboa

No dia 4, em Lisboa, Luís Marques Mendes, e os antigos Presidentes, Cavaco Silva, Durão Barroso e Santana Lopes salientaram hoje que a memória do primeiro líder do partido, Sá Carneiro, continua viva em Portugal.

Foi na Basílica da Estrela, na missa por alma do antigo Primeiro-Ministro,



a que compareceram todos os representantes dos principais órgãos de soberania.

Durante a celebração, nas primeiras filas, estiveram sentados o chefe de Estado, Jorge Sampaio, o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, o Primeiro-Ministro, José Sócrates, o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carmona Rodrigues.

Na Basílica da Estrela, apareceram também quase todos os líderes que sucederam a Francisco Sá Carneiro na presidência dos sociais-democratas: Francisco Pinto Balsemão, Cavaco Silva, Marcelo Rebelo de Sousa, Ruy Macette e Pedro Santana Lopes, além de Durão Barroso e Marques Mendes.

O presidente do CDS-PP, Ribeiro e Castro, a secretária do antigo Primeiro-Ministro, Conceição Monteiro, o filho Francisco Sá Carneiro, o ex-presidente do PPM, Gonçalo Ribeiro Teles e ex-ministros como José Luís Arnaut, Nuno Morais Sarmento e Pedro Roseta estiveram também presentes na homenagem.

No final da missa, cuja celebração esteve a cargo do frei Bento Mateus, o Presidente da República não prestou declarações, mas o Primeiro-Ministro actualmente em funções recordou “a maneira empenhada como Francisco Sá Carneiro se bateu pela modernização do país”.

“Sá Carneiro é um referência para todos os que gostam da democracia e têm como objectivo a modernização de Portugal”, sublinhou José Sócrates, já depois do seu antecessor no cargo, Pedro Santana Lopes, considerar que a vida do primeiro presidente do PSD constituiu “um grande exemplo para a democracia portuguesa”.

“Nos bons e nos maus momentos, Sá Carneiro deu sempre provas de grande carácter, declarou o ex-Primeiro-Ministro.





O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, mostrou-se satisfeito por “verificar que 25 anos depois permanece bem viva a memória de Sá Carneiro”.

“Como se viu hoje aqui, na Basílica da Estrela, Sá Carneiro reúne pessoas de todos os quadrantes políticos”, acrescentou.

O candidato a Presidente da República e Primeiro-Ministro entre 1985 e 1995, Aníbal Cavaco Silva, classificou o fundador do PSD e seu chefe de Governo nos executivos da Aliança Democrática (1979/1980) como “um grande Português”.

“Francisco Sá Carneiro contribuiu decisivamente para a construção de um regime democrático em Portugal. Devemos recordá-lo com muita saudade e respeito”, frisou a saída da Basílica da Estrela, onde esteve acompanhado pela sua mulher, Maria Cavaco Silva.

Segundo o candidato a Presidente da República, “a morte prematura de Francisco Sá Carneiro (em Camarate) interrompeu uma obra, que, tendo sido primeiro destinada a construir a democracia, foi depois feita ao leme do Governo (da Aliança Democrática) para fazer mudanças e aproximar Portugal da Europa”.

No final da missa, o presidente do PSD fez questão de salientar que a celebração “reuniu representantes dos órgãos de Estado e personalidades de vários quadrantes políticos”.

“Mas o mérito não é meu. O mérito é de Francisco Sá Carneiro”, que “não era uma pessoa qualquer”, sublinhou o líder dos sociais-democratas, antes de classificar como “muito bonita e digna” a cerimónia que foi feita na Basílica da Estrela por alma do fundador do partido.

Interrogado sobre o processo judicial de Camarate - em que se tenta apurar as causas das mortes de Francisco Sá Carneiro, do seu antigo ministro da Defesa, Amaro da Costa, entre outros que seguiam no avião que descolou de Lisboa com destino ao Porto, a 04 de Dezembro de 1998 -, Marques Mendes considerou inoportuno o momento para se fazer comentários sobre esse caso.

“Este é o momento para se evocar Sá Carneiro: a sua obra e a sua alma. Sá Carneiro foi um grande Português - e isso é o mais importante na homenagem



que lhe fazemos no dia de hoje”, declarou o presidente do PSD.

Como os jornalistas não cessavam de lhe pedir um comentário sobre o facto de que a candidatura presidencial de Cavaco Silva não prevê as participações directas dos líderes do PSD e do CDS-PP, Ribeiro e Castro, acabou por afirmar, em breves palavras, que o candidato a chefe de Estado, Cavaco Silva, segue o exemplo do antigo Primeiro-Ministro Sá Carneiro, colocando Portugal “acima de tudo”, incluindo o seu próprio partido.

“Se Sá Carneiro colocava Portugal acima de tudo, incluindo o seu próprio



partido, não me surpreende que Cavaco Silva faça o mesmo e coloque também Portugal acima de tudo, pois esse é o seu claro dever”, disse, concluindo por afirmar que “Cavaco Silva tem todo o meu apoio”.

Já no final da missa que foi celebrada pelo frei Bento Mateus, Cavaco Silva e Marques Mendes tinham trocado um caloroso abraço.

Fonte: Lusa, fotos Luis Saraiva e Arquivo



A Campanha de Cavaco Silva arranca oficialmente na Madeira



A campanha eleitoral da candidatura presidencial de Cavaco Silva arranca oficialmente à meia-noite de dia 8 de Janeiro, na região Autónoma da Madeira, disse o vice-Presidente do PSD/M, Virgílio Pereira.

Segundo adiantou terça-feira à noite Virgílio Pereira, no final da reunião da Comissão Política Regional do partido, Cavaco Silva visita a região entre 6 e 8 de Janeiro.

O candidato presidencial chega à Madeira ao meio-dia de 6 de Janeiro e desloca-se em seguida à ilha do Porto Santo.

No dia 7, Cavaco Silva percorre alguns concelhos da Região, à noite participa num jantar no Madeira Tecnopolo e à meia-noite de dia 8 faz a sua primeira intervenção oficial do período de campanha eleitoral.

A pré-campanha eleitoral de Cavaco Silva vai parar de 22 de Dezembro a 02 de Janeiro, dia em que o candidato presidencial arranca para a “estrada” com uma visita ao Algarve.

Segundo o assessor de imprensa da candidatura de Cavaco Silva, um encontro ecuménico com representantes de várias comunidades religiosas deverá ser a última acção de pré-campanha a realizar pelo antigo Primeiro-Ministro antes do Natal.

No princípio de Janeiro, Cavaco Silva arrancará para a “estrada” para uma volta pelos 18 distritos do país, que durará as três semanas que restarão até às eleições do dia 22.

O Algarve será a primeira região a visitar, precisamente onde Cavaco Silva nasceu.

A campanha eleitoral para as presidenciais decorre oficialmente entre 8 e 20 de Janeiro.

Num almoço com jovens

apoiantes, Cavaco Silva defende “algum cuidado” nas privatizações

Cavaco Silva considerou, falando à Imprensa, no fim da semana passada, à margem de um almoço com jovens que apoiam a sua candidatura a Belém, admitiu, contudo, que preferia que as empresas ficassem com uma maioria de capital português depois de privatizadas.

“Preferia que as empresas ficassem com capital português, mas para isso é preciso capacidade financeira nacional, o que hoje em dia não é muito fácil, devido aos desequilíbrios financeiros dos últimos anos”, salientou hoje que é necessário ter “algum cuidado” na transferência dos centros de decisão para o estrangeiro em processos de privatização de empresas públicas.

“Hoje em dia é necessário ter em conta o potencial financeiro para concorrer a novas privatizações, mas há que ter algum cuidado na transferência dos centros de decisão para o estrangeiro”, disse Cavaco Silva, considerando que a localização dos centros de decisão é importante em alguns momentos, nomeadamente “na capacidade de um país reagir em

tempo de crise”.

O candidato lembrou também que a realidade que se vive hoje em dia é bastante diferente do tempo em que exerceu o cargo de Primeiro-Ministro entre 1985 e 1995, quando existia “uma presença asfíxica do Estado nos mais diversos sectores”.

“Nessa altura, o processo de privatizações foi muito importante. Hoje é completamente diferente. Já são poucas as empresas ainda no sector público, passíveis de serem privatizadas”, salientou.

Questionado sobre se considera que o Governo tem acutelado o interesse





nacional no processo de privatização de empresas públicas, Cavaco Silva disse “confiar” que o executivo de José Sócrates procura defender a posição de Portugal”

Ao almoço, que teve lugar com mais de uma centena de jovens, decorreu num restaurante na zona das Docas, e m Lisboa.

Ainda antes da refeição, Cavaco Silva, recebeu das mãos da sua mandatária para a Juventude, a fadista e médica Kátia Guerreiro, uma lista de mais de 150 jovens que apoiam a sua candidatura a Belém.

Entre os apoiantes estão figuras do desporto, como o ciclista Cândido Barbosa, os guarda-redes do Benfica e do Porto, Moreira e Vítor Baía, os actores Pedro Granger e Pedro Lima, a estilista Maria Gambina, o piloto Pedro Lamy e a vencedora da Taça do Mundo de Triatlo Vanessa Fernandes.

Ao entrar no restaurante onde decorreu o almoço, Cavaco Silva foi recebido ao som do seu hino de campanha, cantado por Kátia Guerreiro.

No final da Convenção Laboral

O candidato presidencial Cavaco Silva no dia 2, aos resultados económicos do último Governo liderado por Mário Soares, dizendo que havia salários em atraso, inflação de 30 por cento e taxas de juro a atingirem 40 por cento.

As palavras de Cavaco Silva foram proferidas no final da Convenção Laboral da sua candidatura perante centenas de pessoas, na sua maioria sindicalistas, no Centro Cultural de Belém.

No seu discurso, nem por uma única vez citou o nome de Mário Soares, seu adversário na corrida a Belém, mas optou por trazer à memória a situação em que o Governo do “Bloco Central”, de coligação PS/PSD, em que Soares era Primeiro-Ministro, deixou o país em 1985.

“Muitos de vós já nem se lembram dos salários em atraso em 1984 e 1985 e da crise em que se encontrava o distrito de Setúbal”, começou por referir o candidato presidencial.

Segundo Cavaco Silva, ao assumir o cargo de Primeiro-Ministro no final de 1985, encontrou um país “com uma inflação de 30 por cento e taxas de juro na ordem dos 30 a 40 por cento”.

“Foram esses problemas que encontrei quando cheguei à governação do país”, acentuou, já depois de ter defendido a ideia de que os tempos em Portugal “são hoje muito diferentes dos que havia há 20 ou 30 anos”, e como tal, exigem também “um Presidente da República diferente”.



No seu discurso, Cavaco Silva defendeu as virtualidades da concertação social e elegeu o combate à pobreza e pela justiça social como a sua grande prioridade, se for eleito chefe de Estado.

“Sempre coloquei a pessoa humana no centro da actividade política”, garantiu o ex-presidente do PSD, recebendo uma prolongada salva de palmas.

Sobre a situação de Portugal no presente, Cavaco Silva traçou um cenário negro, sustentando, depois, que as próximas eleições presidenciais, a 22 de Janeiro, serão decisivas para o futuro do país.

“Se esta situação de crise que se arrasta há cinco anos se prolongar por mais cinco anos, isso não será dramático? Que confiança poderão ter os portugueses nas instituições políticas e como será essa sociedade”, questionou o candidato.

Cavaco Silva disse mesmo que seria motivo para uma “profunda tristeza” se Portugal, “dentro de cinco ou dez anos, ficar na cauda da União Europeia entre 25 Estados-Membros”.

“Eu não me sentiria bem com a minha consciência se isso acontecesse”, frisou, avançando com um dos motivos que o levaram a candidatar-se pela segunda vez ao cargo de Presidente da República.

Na sua intervenção, Cavaco Silva mostrou-se apreensivo com a situação da justiça em Portugal, com a perda de quotas de mercado das empresas nacionais a nível externo, defendendo, entre outras soluções, uma “mobilização nacional para que muito mais jovens completem o Ensino Secundário”.

Cavaco Silva afirmou-se mesmo confiante que “a juventude, no futuro, irá trazer mais dignidade ao exercício dos cargos políticos” em Portugal.

Antes de Cavaco Silva, falaram na Ana Catarina Dias, uma jovem do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, a dirigente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses Rita Abrantes e o presidente da União Geral dos Trabalhadores, João Dias da Silva.

Na RTP: Aceito a vontade dos portugueses



“Aceito a vontade dos portugueses. Tenho sido um candidato que nunca disse que ia ganhar as eleições. Coloco tudo isso na mão dos portugueses”, afirmou Cavaco Silva na entrevista a Judite Sousa, na RTP.

“Só antigamente alguém dizia: ‘Vou ganhar as eleições!’ Agora, em democracia, ninguém sabe o resultado eleitoral a não ser no dia das eleições e eu respeito os eleitores. Portanto, só no dia 22 de Janeiro, do próximo ano é que vamos saber quem é o próximo Presidente da República. Não sou dono dos votos dos portugueses”, acrescentou.

Cavaco Silva começou por explicar que é social democrata e os portugueses sabem isso. Mas, a campanha está pensada para um candidato independente, porque pretende mobilizar todas as forças políticas. O objectivo é ajudar, mais facilmente, o País a vencer as dificuldades.

“Nos termos constitucionais, a candidatura presidencial é uma candidatura pessoal. Portanto, segui aquilo que a Constituição sugere”, ressaltou

Mais uma vez, sublinhou que o actual Primeiro-Ministro foi escolhido pelos portugueses de forma inequívoca e não é sua intenção atacar os Governos. Cavaco Silva destacou, no entanto, a “coragem” de algumas decisões e a vontade de fazer reformas. “Isto não quer dizer que concorde com tudo o que foi feito”, disse.

O Candidato explicou o sentido da cooperação estratégica acentuando que “pessoas sérias com a mesma informação chegam a acordo”. “As minhas palavras-chave são cooperar e mobilizar a sociedade”, referiu.

Recordando que foi o único Primeiro-Ministro que assinou seis acordos de Concertação Social, Cavaco Silva afirmou depois: “Sou defensor convicto do diálogo e da concertação social”.



Quando a uma possível dissolução da Assembleia da República, no caso de existir uma maioria, Cavaco Silva declarou que essa situação só poderá acontecer “em circunstâncias extraordinárias”.

Considerou que essa eventualidade, “só num caso em que não se está a alcançar objectivos nacionais e que isso está a pôr em causa a credibilidade e o funcionamento das instituições democráticas”.

Logo a seguir: “E como ao Presidente da República compete garantir o normal funcionamento das instituições democráticas, só numa situação dessas é que eu posso imaginar que um Presidente dissolva o Parlamento. Espero que isso nunca aconteça caso venha a ser eleito Presidente da República. Considero que a estabilidade política é tão importante para o País que nem atrevo a pensar que posso ter que recorrer a essa arma tão extraordinária”.

Respondendo a algumas críticas dos seus adversários, Cavaco Silva afirmou que, quando saiu do Governo, a situação orçamental portuguesa era muito melhor do que a situação orçamental de Espanha e da maioria dos países da União Europeia.

“Só depois é que a nossa situação orçamental fica pior do que a situação dos outros. Isto até está no último relatório pedido por este Governo ao Governador do Banco de Portugal”, referiu.

Na SIC, o primeiro debate eleitoral, com Manuel Alegre: Quando a economia não cresce os pobres ficam mais pobres»

“Se for Presidente da República serei uma força de desbloqueio”, afirmou Aníbal Cavaco Silva no debate com Manuel Alegre, na SIC, o primeiro da série do ciclo de dez, realizados por acordo entre as televisões e que despertou, como era previsível, natural interesse entre os portugueses, preocupados com

eleição presidencial e, acima de tudo, com o seu futuro.

Cavaco Silva, esclareceu o sentido da sua frase, tantas vezes repetida, “forças de bloqueio”: “Eu quero desbloquear as coisas para serem feitas. Desbloquear investimento, desbloquear acções que possam criar emprego. Desbloquear tudo aquilo que possa dificultar a mudança, a modernidade a inovação. Não utilizarei os instrumentos, ao dispor do Presidente da República, como arma de arremesso”, disse.

“Não pretendo fragilizar o Governo. Portugal precisa de um Governo forte, um Governo que dure os quatro anos”, afirmou Cavaco Silva, sublinhado que quer apenas utilizar duas palavras com frequência: “cooperar e mobilizar a sociedade civil”.

Como tem vindo a lembrar, Cavaco Silva considerou “um pouco injusta” a crítica que lhe é dirigida de ter concentrado a sua atenção, quando foi Primeiro-Ministro, nas infra-estruturas, no betão. Ficaram coisas por fazer, é certo, mas foram construídas quatrocentas escolas, a escolaridade foi aumentada de seis para nove anos e, o ensino superior, passou de trinta mil para cem mil alunos.

Cavaco Silva considerou fundamental, como Manuel Alegre, que o Presidente da República tenha uma visão de futuro para Portugal. Por isso, explicitou este ponto destacando: a qualidade da democracia; a necessidade de trazer de volta Portugal aos níveis de desenvolvimento que nos aproximem da Espanha e da União Europeia porque, sem isso, não é possível combater a pobreza; a qualificação dos recursos humanos e a correcção do desordenamento do território, melhorar a qualidade ambiente e do desenvolvimento cultural.

No entanto, afirmou, “não é possível combater a pobreza senão conseguir que a economia cresça. Quando a economia não cresce os pobres ficam mais pobres. Não consegue dar resposta às preocupações de desigualdade que existem no nosso País, não consegue combater o flagelo do desemprego”

“Para mim o desenvolvimento é global e tem as seguintes componentes: o desenvolvimento é económico, é cultural, é social e é ambiental. Não há verdadeiro desenvolvimento sem combinar estas três partes”, disse, acentuando que a sua visão para Portugal é global.

“O desenvolvimento é económico, social, cultural e ambiental. Mas se falha a economia podemos ter muitas ilusões mas não conseguimos dar resposta à defesa da língua portuguesa ou ao desemprego”, afirmou, Cavaco Silva, acentuando que o défice “não é um objectivo em si”.

«Quem não fizer um debate civilizado não tem direito a ser Presidente da República!»

“Quem não fizer um debate civilizado não tem direito a ser Presidente da República”, afirmou Cavaco Silva, depois do confronto com Manuel Alegre, na SIC, aos jornalistas que o interrogaram sobre o modo como decorreu este primeiro “encontro” de uma série, acordada entre as televisões e que decorrerá até ao próximo dia 20.

Cavaco Silva demonstrou satisfação pelo modo como decorreu este primeiro debate, da série de dez, entre os candidatos à Presidência da República. “Foi um debate vivo e muito esclarecedor”, disse à saída dos estúdios.

“As questões abordadas, foram aquelas que interessam para o exercício das funções presidenciais. Por isso saio daqui satisfeito”, acrescentou.

Segundo Cavaco Silva, os debates devem ser civilizados porque estamos a discutir a escolha à mais Alta Magistratura do País. No entanto, apesar de não saber como vai decorrer o confronto final com Mário Soares, afirmou:

“Espero que haja dignidade com todos os outros candidatos. Nesse caso espero que ainda seja mais, por estarmos perante alguém que foi Presidente da República durante dez anos”.

Fontes: Lusa, Público, DN, Fotos: Lusa, Candidatura



Notícias de Cascais

Lançamento do livro “Cascais em 1755: Do terramoto à reconstrução ou, ...como Cascais se ressentiu da violência do terramoto...”

No dia 23 do mês passado, às 6 da tarde, no Centro Cultural de Cascais foi apresentada a obra “Cascais em 1755: Do terramoto à reconstrução”, numa edição da Câmara Municipal.

Trata-se de uma coletânea de documentos que dá a conhecer de forma aproximada como Cascais se ressentiu da violência do Terramoto, fenómeno que na época não dispunha de explicação científica.

A edição resulta de uma investigação conduzida pela equipa do Arquivo Histórico Municipal de Cascais, que reuniu, transcreveu e procurou reproduzir numa só obra documentos conservados na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, na Torre do Tombo e nos Arquivos Históricos da Santa Casa da Misericórdia de Cascais e da Câmara Municipal de Cascais, assim como na Direcção dos Serviços de Engenharia do Exército e no Instituto Geográfico Português, no intuito de disponibilizar a todos os investigadores e interessados pela história local documentação fundamental para a compreensão do concelho no período que medeia entre 1755 e 1758.

De entre estes importa destacar as Memórias Paroquiais, de 1758, ou a poesia sobre o terramoto em Cascais produzida em 1756 por Frei António do Espírito Santo.

No dia 1 de Novembro de 1755 um violento terramoto, que se calcula hoje ter tido a intensidade IX e X na escala Mercalli, provocou a morte de centenas de pessoas no concelho de Cascais, arrasando as duas pároquias da vila – Nossa Senhora da Assunção e Ressurreição de Cristo - e produzindo avultados estragos nas restante freguesias do concelho. Na verdade, de acordo com Frei António do Espírito Santo, do Convento de Nossa Senhora da Piedade, que descreveu em 1756 os efeitos do cataclismo em Cascais, o tremor de terra transformou a «[...] grande Povoação [em] hum insensível, e frio cadáver do que havia sido, e huma desfeyta scena do que já não era [...]».

A apresentação foi feita pela Professora D^a. Dra. Helena Carvalhão Buescu, Professora Catedrática na Faculdade de Letras de Lisboa, Coordenadora do livro “O Grande Terramoto de Lisboa: Ficar Diferente” e pelo Dr. António Gomes Coelho, Especialista em Geologia de Engenharia.

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d’Orey Capucho esteve presente no lançamento da obra.

“Duarte Mendonça: 30 anos de Jazz em Portugal (1974 -2004)”

A actividade cultural de Cascais é uma das preocupações permanentes da edilidade dirigida por António Capucho, que acaba de apresentar mais um livro, sobre um tema querido a Cascais e que nesta matéria tem sido precursor em Portugal: o “jazz” como forma de expressão musical do nosso tempo.

“Duarte Mendonça: 30 anos de Jazz em Portugal (1974 -2004)” é o título do livro da autoria de João Moreira dos Santos, que foi lançado no dia 28 de também no Centro Cultural de Cascais.

A obra versa sobre a carreira de Duarte Mendonça enquanto produtor de Jazz, desde 1974 quando se iniciou no Cascais Jazz, convidado por Luís Villas-Boas, o verdadeiro “pai” da divulgação do Jazz em Portugal, para a organização do IV Cascais Jazz, festival emblemático que havia tido a primeira edição em 1971, perante 10 000 espectadores que esgotaram a lotação do Pavilhão do Dramático.

Duarte Mendonça trouxe a Portugal, principalmente ao Concelho de



Cascais, mais de 1000 músicos de jazz, rigorosamente seleccionados com o duplo critério da qualidade e da novidade.

No prefácio do livro, o autor do livro e crítico musical, João Moreira dos Santos, descreve esta obra como «...mais do que uma homenagem a quem ao longo das três últimas décadas apresentou em Portugal alguns dos melhores músicos de Jazz.»

É uma verdadeira visita guiada que, através de mais de 300 fotografias, grande parte delas inéditas, percorre a história recente do Jazz, desde 1974 a 2004, com início no Cascais Jazz e paragem noutros

festivais emblemáticos – Jazz Num Dia de Verão ou Galp Jazz – e em concertos inesquecíveis, como os protagonizados por Bill Evans e Eddie Gomez (Teatro Nacional de S. Carlos, 1975) e Art Blakey os seus Jazz Messengers (Terreiro do Paço, 1979).

No livro, cruzam-se os caminhos de centenas de músicos famosos e ainda uma oportunidade para «espreitar» os I e II Cursos Internacionais Projazz, realizados em 1990 e 1991 por autênticos professores de luxo, em que se incluem, entre outros, Clark Terry, Kenny Burrell, Rufus Reid, Sir Roland Hanna, Reggie Workman, Barney Kessel e Terence Blanchard – e para ler as memórias e histórias de bastidores que Duarte Mendonça guarda do contacto com os mais notáveis jazzmen que contratou ao longo destes 30 anos de produção de Jazz em Portugal».

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais apadrinou e esteve presente na cerimónia de apresentação da obra.

“Linda Inês ou o Grande Desvairo”

No âmbito das comemorações dos 650 anos da Morte de Inês de Castro, a Câmara Municipal de Cascais e a editora Pássaro de Fogo, promoveram no dia 22 de Novembro, no Museu dos Condes de Castro Guimarães, o lançamento da obra “Linda Inês ou o Grande Desvairo”, da autoria de Armando Martins Janeira.

Trata-se de uma peça de teatro que retrata o drama de amor de Pedro e Inês, que Armando Martins Janeira, diplomata e investigador escreveu, revelando-se nesta obra como dramaturgo e poeta.

Aproximando-se dos factos históricos, *Linda Inês ou O Grande Desvairo* conta-nos a verdadeira tragédia de Inês de Castro numa linguagem realista e profundamente humana, através de diálogos de grande força dramática. “Uma lenda antiga numa forma moderna, para ser amada pelos homens livres do meu tempo e dos tempos assombrosos que vão nascer.” (Armando Martins Janeira).

Recorde-se que Armando Martins Janeira residiu no Estoril, até à data do seu falecimento. O Arquivo Histórico Municipal guarda o seu espólio documental ali depositado por decisão de sua família, no ano de 1993.

O livro foi apresentado pela Professora Maria Leonor Machado de Sousa, autora do prefácio. A sessão de apresentação teve a presença do pintor Paulo Ossião (ilustração), o Dr. José Miguel Júdice e o Dr. Jorge Pereira Sampaio, respectivamente Comissário-Geral e Programador-Geral das comemorações deste ano Inesiano, bem como do Presidente da Câmara, António Capucho

Durante a sessão actores do TEC – Teatro Experimental de Cascais, associam-se a esta actividade com uma leitura dramatizada de cenas da peça. – Gab. Imp. CM Cascais

José Manuel Bolieiro pronuncia-se sobre o fracasso da política de Saúde

No Debate do Plano e Orçamento para 2006 da Região Autónoma, o vice-Presidente do PSD/Açores e deputado à Assembleia Regional, proferiu uma importante intervenção sobre Política de Saúde, na qual afirmou:

“É um estado de completo bem-estar físico, psíquico e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Esta é a definição de Saúde da Organização Mundial de Saúde.

Lamentavelmente, não é este o estado do nosso Serviço Regional de Saúde, que está doente.

O diagnóstico do Serviço Regional de Saúde está feito. Estão identificados os objectivos, as deficiências e seriadas as várias soluções e prioridades estratégicas.

A ideia de saúde para todos impõe projectos de inclusão para as pessoas mais carenciadas, como os idosos, ou aquelas que integram famílias de menores rendimentos.

É urgente aumentar a confiança dos açorianos na sua rápida e justa acessibilidade aos cuidados de saúde a prestar pelo Serviço Regional de Saúde.

Ao fim de oito anos de governação socialista, a herança que o Secretário Regional dos Assuntos Sociais recebeu neste IX Governo Regional não é tranquilizadora. Aliás, o apelo que naturalmente recebeu, no dia do convite para integrar o Governo Regional, foi

sobretudo para empreender com urgência uma profunda reforma e muitas mudanças.

Por isso, a exigência de uma nova política para a saúde nos Açores devia ter sido, desde o início, estimulante e actuante.

/.../ O Governo Regional, ao longo de nove anos de permanência no Poder tem-se limitado a lançar dinheiro aos problemas, fazendo da cosmética orçamental o seu modo de agir, através dos artificios do “leasing”, do “factoring”, dos avales, das dívidas directas e indirectas, da Saudaçor, SA., sem, no entanto, ter conseguido reformar com sucesso nada de especial.

Na altura do debate e votação do Programa do IX Governo Regional dissemos que não confiávamos na solidez do seu programa, embora depositássemos expectativas na experiência profissional e na capacidade de resistência do actual Secretário Regional. Não esperávamos milagres. Esperávamos o urgente e o necessário. Porém, estamos confrontados com a indecisão, com a inrealização. Estamos decepcionados.

Nem uma iniciativa legislativa relevante foi proposta. O Estatuto do Serviço Regional de Saúde continua tal como está, isto é, mal.

Passados mais doze meses de governação – O PS já tem 9 anos de governo – e continuamos sem a necessária nova configuração para o Serviço Regional de Saúde, que nos



traga mais eficiência, qualidade e confiança no sistema.

/.../ São os cidadãos que esperam anos por uma intervenção cirúrgica. Em Ponta Delgada, por exemplo, espera-se mais de três anos por uma intervenção cirúrgica à anca.

São os cidadãos que aguardam, nas listas de espera, meses por uma consulta ou por meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Na Horta, esperam-se cerca de dois anos para fazer um TAC. São os cidadãos que não têm médico de família. Como nos dizia um cidadão: “comé nã há médico de família”

São os profissionais de saúde que, nos Hospitais e nos Centros de Saúde, são inapelavelmente confrontados com a avalanche de problemas que se amontoam sem solução, e se sentem incapazes. Os cuidados primários de saúde são a principal porta de entrada e o primeiro ponto de contacto do utente com o serviço regional de saúde.

Em 2004, o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais, disse: “Para o desenvolvimento do Sistema Regional de Saúde caminhamos para promover reformas que contribuam para a melhoria da acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde e na aposta na formação contínua, actualização, diferenciação técnica e motivação a todos os profissionais de saúde independentemente das suas carreiras e categorias”.

Afinal, a verdade é que

em cada três açorianos um não tem médico de família.

Nada de realmente eficaz e com urgência foi realizado para resolver esse grave problema. A verdade é que o sistema ainda não privilegiou a função do clínico geral - médico de família - como o orientador do utente do SRS no seu acesso aos cuidados de saúde diferenciados. As listas de espera, que fazem desesperar os utentes, só podem ser combatidas com sucesso através do recurso à contratação privada, mas também com a oferta consolidada de consultas de especialidade nos hospitais.

/.../ Não se divulgou qualquer avaliação à acção das Unidades de Saúde de Ilha. Afinal a reforma administrativa neste sector ainda não passou do primeiro e inseguro passo. E porquê? Talvez porque também os próximos passos não são seguros ou porque o modelo não é satisfatório e não o querem reconhecer agora.

Lamentavelmente, continuamos, em algumas Unidades de Saúde, a ter Serviços de Urgência sem médico, nem enfermeiro de presença física.

E onde pairam as intenções, tantas vezes propagandeadas, do Presidente do Governo Regional de rever o Estatuto do Serviço Regional de Saúde?

Já vamos no quinto Secretário Regional da Saúde, em nove anos de governos socialistas, uma média de um ano e oito meses por governante. Mas, para um tão acelerado ritmo de mudança de governantes, temos, por contraponto, uma lenta tomada de decisões políticas capazes de resolver problemas concretos.

O Presidente do Governo já reconheceu a doença do Serviço Regional de Saúde. Uma confissão de **r e s p o n s a b i l i d a d e** e desresponsabilizante, como se não fosse seu dever já ter encontrado soluções para velhos problemas.

Com tantos problemas, velhos e novos, e com tanto por fazer, este decepcionante Plano para 2006 surpreende-nos negativamente com a prevista redução de verbas no Programa de Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de saúde.

Afinal, o anunciado “Maior Plano de Sempre” é, relativamente a Saúde, mais pequeno, comparativamente com o Plano que lhe é imediatamente anterior.

Penosa e lamentavelmente, o Governo Regional confessa que a Saúde não é a sua prioridade política. Disse! – **Gab. Imp. PSD/ALRA**





LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Loures para reunirem em Assembleia, na sede sita na Urbanização do Almirante, lote 15, loja n.º 4, Santo António dos Cavaleiros, no próximo dia 20 de Dezembro de 2005, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos, para reunir ordinariamente no próximo dia 15 de Dezembro de 2005, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Análise da situação político-partidária.

NÚCLEO DE AZEITÃO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Azeitão do PSD, para reunir, em sessão ordinária, no dia 9 de Janeiro de 2006, segunda-feira, pelas 20h00, na sede do Núcleo de Azeitão do PSD, sita na Rua José Mesquita Pimentel, lote 24, em Vila Nogueira de Azeitão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota: A duração do acto eleitoral será de 3 horas, das 20h00 às 23h00.

As listas deverão ser apresentadas até às 24h00 do dia 6 de Janeiro de 2006, na sede do Núcleo, ao Presidente do Núcleo.

NÚCLEO DE MAFAMUDE

Ao abrigo das devidas disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Mafamude, para reunir em Sessão Plenária Ordinária Eleitoral, no dia 7 de Janeiro de 2006, entre as 21h30 e as 23h00, na sede concelhia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Comissão Política do Núcleo de Mafamude

ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário da JSD Alcobaca, para o próximo dia 17 de Dezembro de 2005, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita na Avenida Eng. Vieira Natividade, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise dos resultados eleitorais das Autárquicas 2005;
- 2- Análise da Situação Política Nacional e Local.

O Presidente da Mesa

(Eduardo Nogueira)

NÚCLEO de FREAMUNDE

(Paços de Ferreira)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD Freamunde, para o dia 7 de Janeiro de 2006, pelas 21h30, a realizar-se na Sede Concelhia, sita na Avenida dos Templários, n.º 36, em Paços de Ferreira, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição do Núcleo de Freamunde da JSD.

Nota:

As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, junto do Presidente da Mesa de Plenário.

A Presidente da Mesa

(Paula Cristina Leal)

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Porto, para uma reunião a realizar no dia 7 de Janeiro de 2006, pelas 18h00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da JSD do Porto.

Nota:

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia do PSD até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários. O acto eleitoral decorrerá entre as 18h30 e as 23h00.

O Presidente da Mesa

(Nuno Leite)

Leia, assine e divulgue

POVO LIVRE

JSD assinala Dia Mundial de Luta contra a SIDA



No dia 1 de Dezembro comemora-se o dia mundial de luta contra a SIDA. Apesar de ser importante assinalar com dia temáticos este tipo de problemáticas, esta luta deve ser contínua ao longo do ano e não cingir-se a um só dia.

A SIDA é um flagelo que se expande de forma silenciosa e inicialmente assintomática, estimando-se em cerca de 40 milhões o número de pessoas infectadas a nível mundial. Se há cerca de uma década se podia falar em grupos de risco e do correspondente investimento na (in)formação dos mesmos, actualmente este paradigma está ultrapassado, dando lugar a um novo cenário em que já não há grupos de risco mas sim comportamentos de risco.

È por isso necessário criar e melhorar os programas de prevenção e sensibilização para estes comportamentos, e ainda difundir os centros de rastreio anónimo, de modo a conhecer a realidade nacional e planejar os nossos recursos.

È urgente repensar as políticas de saúde e de educação sexual, de forma a difundir pelos jovens informação válida e sistemática sobre a SIDA e os riscos a que cada um pode estar sujeito se não tomar as devidas precauções.

Neste âmbito, a Juventude Social Democrata irá continuar a defender que a Educação Sexual passe a ser uma “Educação para a Saúde e Cidadania”, com espaço curricular próprio e obrigatório em todo o sistema educativo, desde o ensino pré-primário até ao 12º ano de escolaridade. Que este espaço curricular dê referências aos Jovens sobre os riscos a que estão expostos e como viver em sociedade de forma saudável. Questões como a sexualidade, a gravidez na adolescência e as doenças sexualmente transmissíveis são de referência obrigatória, mas devem também estimular-se os jovens de hoje, adultos de amanhã, a terem uma postura pró-activa enquanto cidadãos e a tornarem-se conscientes de que vivem em sociedade e que a convivência positiva entre cidadãos é condição indispensável para o progresso e evolução saudáveis. Naturalmente que esta proposta implica também a abordagem curricular, sempre adaptada aos diversos escalões etários, de conteúdos como as toxicodependências e hábitos toxicofílicos e etanólicos, obesidade infantil, promoção do desporto, prevenção rodoviária, educação ambiental, tolerância e consciência sociais e formação cívica. Só assim poderemos vir a criar as oportunidades para que quando os jovens atinjam a maioridade, sejam cidadãos plenamente conscientes daquele que é e será o seu papel no Portugal e na Europa de Futuro.

Para termos esperança no futuro, cada um de nós tem que agir no presente.
Portanto, no dia de hoje relembremos:

SIDA EXISTE: NÃO SEJAS MAIS UM

Comissão Política Nacional da JSD
01 de Dezembro de 2005

Secção da JSD Viseu promoveu Formação Autárquica



No passado dia 26 de Novembro, decorreu na Sede da Assembleia Municipal de Viseu, uma acção de Formação Autárquica organizada pela Comissão Política de Secção de Viseu da JSD.

Esta iniciativa dividia-se em duas fases. A primeira coube ao Ex-vereador da Câmara Municipal de Viseu, Sr. Botelho Pinto, que explicou aos «alunos» o Funcionamento das Autarquias Locais, e a segunda foi protagonizada pelo escritor e assessor da Fundação Chamapalimaud, Rodrigo Moita Deus, no tema Comunicação Política.

Pedro Ruas, Presidente da JSD Viseu, antes de dar a palavra ao Presidente da Comissão Política Nacional da JSD para encerrar a formação, referiu «o apreço da JSD Viseu relativamente à solidariedade da JSD Nacional na defesa uma causa estruturante para a Região de Viseu, a Universidade Pública de Viseu».

Daniel Fangueiro, líder da JSD, encerrou a actividade felicitando a JSD Viseu pela qualidade da iniciativa e aproveitou a oportunidade para manifestar aos jovens presentes as suas preocupações com o futuro da juventude portuguesa, criticando a decisão do governo de avançar com o Aeroporto da Ota, uma obra megalómana que pode hipotecar o futuro das novas gerações de forma irremediável.

Comunicado

Apoiando um Portugal Maior

Após os mais importantes Candidatos ao Órgão Soberano da República Portuguesa terem apresentado as suas candidaturas a Juventude Social-Democrata de Águeda entende:

1. O voto manifesta uma vontade. É importante para qualquer cidadão que ao exercer o seu direito de voto o faça convicto e esclarecido dos reais motivos de a quem o confia.

Votar responsabiliza.

2. Os Candidatos devem pautar-se pelos mais nobres valores, mostrando de forma clara as suas Ideias para Portugal sempre evitando a tentação da mediatização fácil e frívola que em nada dignificam os Portugueses.

A Liberdade não permite o disparate.

3. A Juventude está cada vez mais consciente do seu papel na Europa e no Mundo. Numa era globalizada é necessário reafirmar a competência, a produtividade, a inovação como características genéticas dos jovens portugueses. Conseguir aumentar o crescimento, reduzir o desemprego, encontrar confiança para desta forma retomar a senda do desenvolvimento. Afirmar os jovens portugueses, afirmar Portugal além fronteiras. Portugal tem Futuro.

4. A exaltação de Portugal, das suas Gentes, dos seus Genes deve traduzir uma constante preocupação com o nosso berço, não cedendo à tentação de os esquecer e lembrar consoante as motivações, traduzindo prosas e poemas em actos.

A *alegria* de ser português.

5. Muitas vezes, mais importante do que queremos será por ventura saber o que não nos interessa. Demagogia, chicana política, oratórias de retórica, não obrigado.

Secção da JSD Águeda manifesta apoio à candidatura do Professor Cavaco Silva a Presidente da Republica

Esforço, motivação, saber e humildade são valores seguros e auspiciosos de um futuro de esperança.

O saber fazer também conta.

6. A Juventude Social-Democrata de Águeda encontra na Candidatura do Professor Cavaco Silva o intérprete para os desafios do futuro.

É com Alegria e Convicção que a Juventude Social-Democrata de Águeda apoia o Professor Cavaco Silva, certos que é este também o pensar de muitos jovens Aguedenses.

Por **PORTUGAL**.

Pela Comissão Política da JSD de Águeda
Carlos Franco – Presidente
Águeda, 27 de Novembro de 2005

Núcleo JSD de Castelo da Maia promove Jantar Convívio

No passado dia 26 de Novembro, o núcleo da JSD da Vila do Castelo da Maia promoveu um convívio entre os seus militantes.

Tendo como primeiro objectivo o convívio entre os actuais e futuros militantes, a iniciativa foi considerada um sucesso. Refira-se que o número de presenças superou as expectativas mais optimistas, tendo estado, para além dos militantes actuais, muitos candidatos.

De salientar ainda a presença de membros de diversas Associações e Colectividades da Vila do Castelo da Maia, o que é por si só um claro sinal demonstrativo da boa aceitação que a JSD tem nessa zona do Concelho da Maia.

O jantar terminou com um jogo de Bingo e com as intervenções dos responsáveis pelo núcleo, da JSD e do PSD, do Presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária do Castelo da Maia e do Presidente da Concelhia da Maia da JSD, Hernâni Ribeiro, que é também o Vereador do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal da Maia.



Grupo de alunos da Universidade de Verão 2005 reuniu em Fátima

Com o intuito de manter viva a chama e o espírito da Universidade de Verão 2005 alguns participantes, reuniram-se no dia 19 de Novembro em Fátima, para assistir ao Conselho Nacional da JSD. Seguiu-se um jantar de confraternização que teve como anfitriã, Carina João, vogal da CPN-JSD, e em que marcaram presença: Rodrigo Saraiva (Secretário Geral da CPN-JSD), Carlos Guerreiro, Nelson Marques, Felisbela Alves, Magda Andrea e Vasco Neves.

De saudar a iniciativa esperando-se que se repita, para que, no Futuro, a experiência da Universidade de Verão e as relações de amizade estabelecidas tragam os seus frutos.

Francisco Manuel Lumbralles de Sá Carneiro

Vinte e cinco anos de Saudade

Quando passaram 25 anos sobre a trágica morte de Sá Carneiro, parece que finalmente se desvaneceram as dúvidas sobre o que realmente aconteceu naquela trágica noite, em que além dos restantes ocupantes do pequeno avião que se despenhou em Camarate, perderam a vida o fundador do nosso Partido e dois políticos jovens, mas de uma qualidade que fazia deles esperanças garantidas de futuro.

Mas é de Sá Carneiro que, nestas horas de crise e de luta, mais nos recordamos: os mais antigos que o conheceram bem e os mais novos, que aprenderam a História e a Tradição do nosso PSD.

Sá Carneiro encontrava-se em vésperas de uma eleição que ele considerava essencial para cumprir o seu sonho de uma Maioria, um Governo, um Presidente, única forma, na altura, de levar a Pátria para a via da Democracia real, pela qual lutava com toda a sua energia, a sua tenacidade e a sua incrível capacidade de combate.

Lutava contra uma esquerda que, ontem como hoje, estava unida, não por interesses ideológicos (que eram irreconciliáveis entre os vários partidos do espectro político à esquerda do PSD e até do candidato da Esquerda, que tinha um projecto de poder próprio) mas sim por desejo e necessidade compartilhados, de criar um contra-poder à Aliança Democrática e acima de tudo a Francisco Sá Carneiro e ao PSD, porque temiam tudo o que ele representava na luta pela estabilidade democrática, consolidação das Instituições, progresso económico, combate à corrupção, à pobreza e ao atraso português, relativamente ao nível médio dos países desenvolvidos da Europa Ocidental.

Recordando Sá Carneiro, recordemos a actualidade de algumas das palavras que deveria dirigir aos Portugueses dois dias depois, pela Televisão e que nos ficaram em manuscrito que tinha preparado:

«...A vitória [dos nossos adversários] seria precipitar o País na crise, na instabilidade, na insegurança, nas dificuldades económicas crescentes, seria regressar agora – que estamos em 1980, com o futuro à nossa frente – a 1975. Não podemos consenti-lo, todos nós!

«... Todos nós estamos perante uma enorme responsabilidade: a nossa é



directa, é tornar claro perante vós aquilo que se joga nestas eleições. A vossa é de corresponder a essa responsabilidade, a essa consciência, a esse risco, elegendo não apenas o mais competente, o melhor candidato, o melhor Presidente, mas aquele que garantirá, [connosco] a segurança, a estabilidade e o progresso e a liberdade para o Povo Português»

E finalmente, recordemos a igualmente actual reacção imediata do nosso Partido, através de um comunicado conjunto de todos os órgãos nacionais, publicado no dia seguinte à morte do nosso Fundador:

«...Sá Carneiro perdeu a vida em pleno combate pela Democracia e por Portugal. Nós, sociais-democratas, solenemente afirmamos ao País que, neste mesmo combate, continuaremos com todas as nossas forças, com todo o nosso empenhamento.

«Portugal atravessa uma hora difícil. É necessário, mais do que nunca, pedir a todos os Portugueses serenidade e dedicação. Pela nossa parte, apelamos aos sociais-democratas, que saibam enfrentar mais este enorme obstáculo com a grandeza e dignidade de que Sá Carneiro foi, toda a vida, um exemplo constante.

«Somos da casta dos Portugueses que viram morrer amigos, familiares e companheiros durante o longo período que fez de nós a Pátria que somos.

«Pela nossa firmeza no combate, pela nossa frontalidade na acção, pela nossa serenidade nesta trágica hora, sejamos dignos da memória de Francisco Sá Carneiro e da História de Portugal.

«Portugal precisa de nós. Continuaremos a obra que foi de Francisco Sá Carneiro. Ela será a nossa luta: Portugal e a Democracia vencerão!» - Povo Livre (Leia também na pag^a10 e seguintes)

Propriedade PSD - Partido Social Democrata

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213918500 - Fax. 213973168 - Depósito legal n.º 1970/83 - I.C.S. n.º 105690
Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Impressão - Mírandela Artes Gráficas, SA, Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Beta-Vista - Rua da Tascua, 4.º Piso - Massamá - 2745 QUELUZ - Telef. 214398500 - Fax 213976967

POVO LIVRE